

1. INTRODUÇÃO

A Fortaleza Digital da Bahia, CNPJ 38.183.300/0001-26, na qualidade de **controladora de dados**, está comprometida com a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários da plataforma eGAC (Gestão Ambiental Compartilhada Eletrônica). Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - "LGPD"), a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, X e LXXIX), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e demais normas aplicáveis.

O sistema eGAC é uma plataforma projetada para transformar a gestão de licenciamentos ambientais e certificações agroindustriais, desenvolvida em alinhamento com as diretrizes do Programa Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) da SEMA-Bahia e legislações aplicáveis. Trata-se de uma solução inovadora com certidões de exclusividade emitidas pela Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES) e pela Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO).

Esta Política de Privacidade fornece informações claras e completas sobre a coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção dos dados pessoais dos usuários e visitantes do sistema eGAC, fornecidas nos termos do artigo 9º da LGPD.

2. DEFINIÇÕES

Para os fins desta Política de Privacidade, considera-se, em conformidade com o art. 5º da LGPD:

- **Dados pessoais:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (art. 5º, I da LGPD).
- **Dados pessoais sensíveis:** dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dados genéticos ou biométricos, quando vinculados a uma pessoa natural (art. 5º, II da LGPD).
- **Titular dos dados:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento (art. 5º, V da LGPD).
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (art. 5º, VI da LGPD).
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador (art. 5º, VII da LGPD).
- **Encarregado (DPO):** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) (art. 5º, VIII da LGPD).
- **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (art. 5º, X da LGPD).
- **Anonimização:** utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo (art. 5º, XI da LGPD).
- **Consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada (art. 5º, XII da LGPD).
- **Bloqueio:** suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados (art. 5º, XIII da LGPD).
- **Eliminação:** exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado (art. 5º, XIV da LGPD).
- **Uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados (art. 5º, XVI da LGPD).
- **Relatório de impacto à proteção de dados pessoais:** documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e

aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco (art. 5º, XVII da LGPD).

3. DADOS COLETADOS

Em atendimento aos princípios da finalidade, adequação, necessidade e transparência estabelecidos pelo art. 6º da LGPD, coletamos apenas os dados estritamente necessários para a prestação dos serviços oferecidos.

3.1. Dados de Cadastro

Para utilização da plataforma eGAC, coletamos os seguintes dados pessoais:

- Nome completo
- CPF/CNPJ
- E-mail
- Telefone
- Endereço completo
- Dados profissionais relevantes para licenciamento ambiental e/ou agroindustrial (como registro profissional, quando aplicável)
- Credenciais de acesso (login e senha criptografada)

3.2. Dados de Uso e Navegação

Durante a utilização da plataforma, podemos coletar:

- Endereço IP
- Informações do dispositivo e navegador
- Data e horário de acesso
- Ações realizadas dentro do sistema
- Geolocalização (quando necessário para licenciamento ambiental, certificação agroindustrial e registro de evento de login)
- Documentos enviados para processos de licenciamento e/ou certificação
- Cookies essenciais para o funcionamento da plataforma

3.3. Dados Sensíveis

A plataforma eGAC não coleta dados pessoais sensíveis como regra geral, em observância ao art. 5º, II da LGPD. Caso seja necessário o processamento de qualquer dado sensível para cumprimento de obrigação legal ou regulatória específica, o titular será devidamente informado, e o tratamento será realizado em conformidade com o art. 11 da LGPD, sempre dentro dos limites e com as salvaguardas exigidas pela legislação.

3.4. Dados de Crianças e Adolescentes

O sistema eGAC não é direcionado a crianças e adolescentes menores de 18 anos. Caso seja necessário o tratamento de dados de menores de idade, este será realizado mediante consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, conforme determina o art. 14 da LGPD.

4. FINALIDADES DO TRATAMENTO

Em cumprimento ao princípio da finalidade (art. 6º, I da LGPD), informamos que os dados pessoais coletados são tratados exclusivamente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

4.1. Execução do Serviço

- Gestão e processamento de licenciamentos ambientais e/ou agroindustriais
- Emissão de certificações agroindustriais
- Tramitação de documentos relacionados a processos ambientais
- Envio de notificações, pareceres e comunicações oficiais
- Gestão de taxas e pagamentos relacionados ao licenciamento
- Geração de relatórios e estatísticas necessários para o serviço

4.2. Cumprimento de Obrigações Legais

- Atendimento às exigências da legislação ambiental
- Conformidade com normas do Programa GAC da SEMA-Bahia
- Prestação de informações a órgãos reguladores quando legalmente exigido
- Atendimento a requisições judiciais ou administrativas
- Cumprimento de obrigações fiscais e contábeis relacionadas ao serviço

4.3. Melhoria do Serviço

- Análise de uso da plataforma para aprimoramento
- Identificação de padrões para automatização de processos
- Desenvolvimento de novas funcionalidades
- Realização de pesquisas de satisfação e experiência do usuário

4.4. Segurança

- Prevenção de fraudes e acessos não autorizados
- Proteção contra ataques cibernéticos
- Auditoria de acesso e ações realizadas no sistema
- Autenticação e verificação da identidade dos usuários
- Monitoramento da infraestrutura para garantir a disponibilidade do serviço

4.5. Tratamento Posterior

Em caso de necessidade de tratamento dos dados pessoais para finalidade distinta da informada nesta política, o titular será informado previamente, com destaque para as mudanças de finalidade, podendo revogar o consentimento, quando este for a base legal do tratamento, conforme estabelece o art. 9º, §2º da LGPD.

O tratamento posterior só será realizado em observância aos propósitos legítimos e específicos para o novo tratamento, e à preservação dos direitos do titular, assim como aos fundamentos e princípios previstos na LGPD, em especial o princípio da finalidade, conforme previsto no art. 7º, §7º da lei.

5. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO

Em cumprimento ao disposto no art. 7º da LGPD, esclarecemos que o tratamento de dados pessoais na plataforma eGAC é realizado com base nas seguintes hipóteses legais previstas:

- **Execução de contrato:** quando necessário para o cumprimento do contrato de cessão de uso da plataforma eGAC com o Consórcio e seus usuários (Art. 7º, V da LGPD).
- **Cumprimento de obrigação legal ou regulatória:** para atender às exigências da legislação ambiental e outras normas aplicáveis (Art. 7º, II da LGPD).
- **Exercício regular de direitos:** para proteção em caso de processos administrativos, judiciais ou arbitrais (Art. 7º, VI da LGPD).
- **Interesse legítimo:** quando necessário para apoiar e promover a atividade do controlador, sempre respeitando os direitos e liberdades fundamentais do titular (Art. 7º, IX da LGPD). Os legítimos interesses perseguidos incluem: garantia da segurança da plataforma, melhoria contínua dos serviços e prevenção de fraudes.
- **Execução de políticas públicas:** quando o tratamento for necessário à execução de políticas públicas de licenciamento e gestão ambiental (Art. 7º, III da LGPD).
- **Consentimento do titular:** quando aplicável e necessário, solicitaremos o consentimento específico, informado e inequívoco do titular (Art. 7º, I da LGPD).

Nos casos em que o tratamento for baseado no consentimento do titular, este poderá ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, conforme previsto no §5º do art. 8º da LGPD. A revogação do consentimento não afetará a legalidade do tratamento realizado com base no consentimento previamente dado.

É importante ressaltar que, mesmo quando houver dispensa do consentimento, todas as demais obrigações previstas na LGPD continuarão sendo observadas, especialmente os princípios gerais e os direitos do titular, conforme disposto no §6º do art. 7º da LGPD.

6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Em conformidade com os princípios de finalidade, necessidade e transparência estabelecidos na LGPD, informamos que os dados pessoais coletados podem ser compartilhados nas seguintes circunstâncias:

6.1. Com Órgãos Públicos e Entidades Governamentais

- SEMA-Bahia, INEMA e órgãos ambientais municipais e intermunicipais para fins de licenciamento e/ou certificação
- Autoridades reguladoras quando legalmente exigido
- Órgãos judiciais mediante ordem judicial
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), quando solicitado
- Sociedade civil por meio do Portal de Transparência e ferramentas de Consulta Pública, em conformidade com a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que estabelecem a divulgação obrigatória de dados de interesse público, incluindo os processos de licenciamento ambiental/agroindustrial e suas respectivas decisões administrativas.

6.2. Com Prestadores de Serviços (Operadores)

- Fornecedores de serviços de tecnologia para manutenção e suporte da plataforma
- Serviços de armazenamento em nuvem
- Serviços de processamento de pagamentos (quando aplicável)

6.3. Garantias de Proteção no Compartilhamento

Todos os prestadores de serviços (operadores) que possam ter acesso aos dados pessoais estão sujeitos a rigorosos contratos que incluem:

- Cláusulas específicas sobre proteção de dados pessoais
- Obrigações de confidencialidade
- Exigência de implementação de medidas técnicas e administrativas de segurança
- Proibição de uso dos dados para finalidades distintas das previstas no contrato
- Obrigação de notificação em caso de incidentes de segurança
- Garantia de exercício dos direitos dos titulares

Estas garantias estão em conformidade com o art. 39 da LGPD, que estabelece a responsabilidade solidária dos agentes de tratamento pelos danos causados no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais.

6.4. Compartilhamento que Constitui Transferência Internacional

Em casos de compartilhamento que constitui transferência internacional de dados, observamos rigorosamente as condições estabelecidas no art. 33 da LGPD, conforme detalhado na seção 10 desta Política.

7. ARMAZENAMENTO E SEGURANÇA

Em conformidade com os princípios da segurança (art. 6º, VII) e prevenção (art. 6º, VIII), a Fortaleza Digital da Bahia adota medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

7.1. Local de Armazenamento

Os dados pessoais são armazenados em ambiente seguro na nuvem em datacenter com certificação de conformidade à LGPD..

7.2. Período de Retenção e Término do Tratamento

Os dados pessoais serão mantidos pelo tempo necessário para cumprir as finalidades para as quais foram coletados, incluindo:

- Durante toda a vigência do relacionamento com o usuário
- Pelo período exigido pela legislação ambiental aplicável
- Para cumprimento de obrigações legais e regulatórias

- Para o exercício regular de direitos em processos administrativos ou judiciais

Conforme estabelecido no art. 16 da LGPD, os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, exceto nas seguintes hipóteses:

1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
2. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
3. Transferência a terceiro, respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD;
4. Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

7.3. Medidas Técnicas de Segurança

Implementamos robustas medidas técnicas e organizacionais para proteger os dados pessoais, conforme previsto no art. 46 da LGPD, incluindo:

- Criptografia de ponta a ponta para proteção de dados em trânsito e em repouso
- Proteções contra Ataques de Negação de Serviço (DoS)
- Proteções contra Negação Distribuída de Serviço (DDoS)
- Proteções contra falsificações de DNS
- Defesas contra ataques de força bruta
- Proteções contra engenharia social ou reversa
- Sistemas de firewall e antivírus atualizados
- Sistemas de detecção e prevenção de intrusões

7.4. Medidas Administrativas de Segurança

- Controle de acesso baseado em perfis de usuário e princípio do privilégio mínimo
- Política de controle de acesso com autenticação forte (multifator quando aplicável)
- Monitoramento contínuo das atividades do sistema e registros de auditoria
- Backups regulares dos dados com testes de restauração
- Atualizações de segurança e correções evolutivas
- Avaliações periódicas de segurança e testes de penetração
- Treinamento e conscientização dos colaboradores sobre práticas de segurança
- Acordos de confidencialidade com todos os colaboradores e parceiros que acessam dados
- Programa de gestão de incidentes de segurança da informação
- Plano de continuidade de negócios e recuperação de desastres

8. DIREITOS DOS TITULARES

Em conformidade com o art. 18 da LGPD, os titulares dos dados pessoais têm os seguintes direitos, que poderão ser exercidos mediante requisição expressa:

- **Confirmação da existência de tratamento:** direito de obter confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais.
- **Acesso aos dados:** direito de acessar os dados pessoais que possuímos sobre você, em formato simplificado (imediatamente) ou completo (até 15 dias da solicitação).
- **Correção de dados:** direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação:** direito de solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- **Portabilidade:** direito de solicitar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, observados os segredos comercial e industrial, conforme regulamentação da ANPD.
- **Eliminação:** direito de solicitar a eliminação dos dados tratados com base no consentimento, exceto nas hipóteses de conservação previstas no art. 16 da LGPD.
- **Informação sobre compartilhamento:** direito de obter informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais compartilhamos seus dados.
- **Informação sobre o consentimento:** direito de ser informado sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento e sobre as consequências da negativa.
- **Revogação do consentimento:** direito de revogar o consentimento a qualquer momento, mediante manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado.
- **Revisão de decisões automatizadas:** direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses.
- **Oposição:** direito de se opor ao tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento da LGPD.

8.1. Procedimento para exercício dos direitos

Para exercer qualquer desses direitos, o titular poderá entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados (DPO) pelos canais indicados na seção 12 desta Política. A solicitação será atendida sem custos para o titular, dentro dos prazos estabelecidos pela LGPD:

- Formato simplificado: imediatamente
- Formato completo: até 15 (quinze) dias da data do requerimento

8.2. Limitações aos direitos dos titulares

Em alguns casos, poderemos ter motivos legítimos para não atender a determinadas solicitações ou para atendê-las apenas parcialmente, como:

- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- Execução de contrato;
- Estudo por órgão de pesquisa;
- Exercício regular de direitos;
- Proteção da vida ou da incolumidade física;
- Tutela da saúde;
- Interesses legítimos do controlador ou de terceiros;
- Proteção do crédito.

Nestes casos, explicaremos os motivos que nos impediram de atender integralmente à solicitação.

9. COOKIES E TECNOLOGIAS SEMELHANTES

A plataforma eGAC utiliza cookies e tecnologias semelhantes para melhorar a experiência do usuário, permitir funcionalidades essenciais e coletar informações sobre o uso do sistema. Essas tecnologias estão em conformidade com a LGPD e com a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

9.1. Tipos de Cookies Utilizados

- **Cookies estritamente necessários:** indispensáveis para o funcionamento básico da plataforma, permitindo a navegação e utilização de serviços solicitados pelo usuário, como autenticação e segurança. Esses cookies não podem ser desativados, pois são essenciais para o funcionamento do sistema.
- **Cookies de funcionalidade:** permitem lembrar escolhas feitas pelo usuário (como nome de usuário, idioma ou região) e fornecer funcionalidades aprimoradas e mais personalizadas. A informação coletada por esses cookies pode ser anonimizada e não rastreia sua atividade de navegação em outros sites.
- **Cookies analíticos/de desempenho:** coletam informações sobre como os usuários interagem com a plataforma (páginas mais visitadas, tempo de navegação, erros encontrados), ajudando a melhorar seu desempenho e funcionalidades. Todos os dados coletados são agregados e, portanto, anônimos.

9.2. Gerenciamento de Cookies

Em conformidade com o princípio da autodeterminação informativa, o usuário pode gerenciar suas preferências de cookies através de:

- **Configurações do navegador:** a maioria dos navegadores permite ao usuário recusar, aceitar ou remover cookies.
- **Painel de preferências de cookies:** disponibilizamos um painel específico na plataforma que permite ao usuário gerenciar suas preferências de cookies.

No entanto, a desativação de cookies estritamente necessários pode impedir o funcionamento adequado de determinadas funcionalidades essenciais da plataforma.

9.3. Prazo de Armazenamento

Os cookies utilizados pelo eGAC têm prazos de expiração variados:

- Cookies de sessão: expiram ao final da sessão do navegador

- Cookies persistentes: permanecem por período determinado (de 1 dia a 2 anos, dependendo da finalidade)

9.4. Base Legal para Utilização de Cookies

O tratamento de dados pessoais através de cookies é realizado com base nas seguintes hipóteses legais:

- Consentimento do titular (art. 7º, I da LGPD) para cookies não essenciais
- Interesse legítimo do controlador (art. 7º, IX da LGPD) para cookies estritamente necessários
- Execução de contrato (art. 7º, V da LGPD) para cookies relacionados à prestação do serviço contratado

10. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE DADOS

Em observância ao disposto no Capítulo V da LGPD (arts. 33 a 36), a Fortaleza Digital da Bahia poderá realizar transferências internacionais de dados pessoais somente nas seguintes hipóteses:

- Para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD;
- Quando o controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos na LGPD, na forma de:
 - Cláusulas contratuais específicas para determinada transferência;
 - Cláusulas-padrão contratuais;
 - Normas corporativas globais;
 - Selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.
- Quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional;
- Quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- Quando a ANPD autorizar a transferência;
- Quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;
- Quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público;
- Quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação.

Para cada transferência internacional, o controlador adotará medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança e a privacidade dos dados pessoais, e documentará essas medidas através de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, sempre que necessário.

Informamos quais serviços envolvem transferência internacional de dados:

- Serviços de armazenamento de backups em nuvem

11. ALTERAÇÕES NESTA POLÍTICA

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada periodicamente para refletir alterações nas práticas de privacidade ou atender a novas exigências legais. Recomendamos que os usuários revisem esta política regularmente.

As alterações significativas serão comunicadas aos usuários por meio de notificação na plataforma eGAC ou por e-mail.

A data da última atualização está indicada no início deste documento.

12. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS E CANAIS DE ATENDIMENTO

Em atendimento ao disposto no art. 41 da LGPD, a Fortaleza Digital da Bahia nomeou um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer - DPO), que atuará como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para dúvidas, solicitações ou reclamações relacionadas a esta Política de Privacidade ou ao tratamento de dados pessoais, entre em contato com nosso Encarregado de Proteção de Dados:

Nome do DPO: Responsável pela Proteção de Dados - eGAC

E-mail: suporte@egacapp.com.br

Telefone: (77) 9 8125-3616

WhatsApp: (77) 9 8125-3616

Endereço: Av. José Carlos Marques da Silva, núm. 20, Sala, Centro de Caturama, Bahia, Brasil - CEP 46.575-000

Todas as solicitações serão tratadas com prioridade e respondidas em conformidade com os prazos estabelecidos pela LGPD:

- Formato simplificado: imediatamente
- Formato completo: até 15 (quinze) dias da data do requerimento

O titular também tem o direito de apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) através do canal: <https://www.gov.br/anpd/pt-br>

13. RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS

Em conformidade com o art. 5º, XVII e arts. 38 e 39 da LGPD, a Fortaleza Digital da Bahia realizará Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), contendo a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como as medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Este relatório será disponibilizado à ANPD quando solicitado.

14. VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, conforme previsto no art. 48 da LGPD, a Fortaleza Digital da Bahia se compromete a:

1. Comunicar o evento à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao titular em prazo razoável;
2. A comunicação conterá, no mínimo:
 - A descrição da natureza dos dados afetados;
 - As informações sobre os titulares envolvidos;
 - A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
 - Os riscos relacionados ao incidente;
 - As medidas que foram ou serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

15. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E TRATAMENTO DE DADOS GVERNAMENTAIS

15.1. Base Legal para Divulgação de Dados Públicos

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e com o art. 23 da LGPD, o sistema eGAC realiza o tratamento e divulgação de determinados dados relacionados aos processos de licenciamento ambiental e certificações agroindustriais que são considerados de interesse público.

15.2. Categorias de Dados Sujeitos à Transparência Pública

São consideradas informações públicas e sujeitas à divulgação:

- Número e status de processos de licenciamento ambiental
- Decisões administrativas relacionadas aos licenciamentos
- Documentos técnicos não confidenciais
- Datas de concessão de licenças e certificações
- Informações sobre empreendimentos que impactam o meio ambiente
- Condicionantes ambientais aplicadas nos licenciamentos
- Valores de taxas públicas relacionadas aos processos

15.3. Portal de Transparência e Consulta Pública

A plataforma eGAC disponibiliza um [Portal de Transparência e Consulta Pública](#) onde cidadãos podem consultar informações públicas sobre os processos de licenciamento ambiental, em atendimento aos princípios constitucionais da publicidade e transparência na administração pública.

15.4. Proteção de Dados Pessoais em Contexto de Transparência

Mesmo no contexto da transparência pública, o sistema eGAC adota as seguintes medidas para proteger dados pessoais:

- Anonimização, quando possível, de dados pessoais não essenciais à transparência pública
- Disponibilização apenas de dados estritamente necessários para o cumprimento das finalidades de transparência
- Controle de acesso a dados sensíveis ou confidenciais, mesmo em processos públicos
- Distinção clara entre dados de acesso público e dados pessoais protegidos

15.5. Equilíbrio entre Transparência e Proteção de Dados

O tratamento de dados pessoais no contexto de órgãos públicos observa o equilíbrio entre os princípios da proteção de dados pessoais e as necessidades de transparência pública, conforme estabelece o art. 26 da LGPD, garantindo que o interesse público seja atendido sem comprometer desnecessariamente a privacidade dos titulares.

15.6. Restrições à Transparência

Alguns dados podem ter sua divulgação restringida nos termos do art. 31 da Lei de Acesso à Informação quando:

- Forem informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem
- Informações classificadas como sigilosas por legislação específica
- Dados comerciais confidenciais de empresas privadas
- Informações que possam comprometer atividades de fiscalização em andamento

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Legislação Aplicável

Esta Política de Privacidade é regida, interpretada e executada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, X e LXXIX), o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e demais normas aplicáveis, independentemente das leis de outros estados ou países, sendo competente o foro da Comarca de Caturama, no Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida decorrente deste documento.

16.2. Nulidade

Caso alguma disposição desta Política de Privacidade seja considerada ilegal ou ilegítima por autoridade competente, as demais condições permanecerão em pleno vigor e efeito, o que não afeta nem anula a validade e a exigibilidade das demais disposições.

16.3. Indisponibilidade

O Titular reconhece que toda plataforma tecnológica está sujeita a interrupções e indisponibilidade temporária por razões técnicas, casos fortuitos ou força maior, mas a Fortaleza Digital da Bahia se compromete a aplicar as melhores práticas para garantir a continuidade do serviço e a segurança dos dados.

16.4. Links Externos

A plataforma eGAC pode conter links para sites externos que não são operados por nós. Esteja ciente de que não temos controle sobre o conteúdo e práticas desses sites e não podemos aceitar responsabilidade por suas respectivas políticas de privacidade.

16.5. Histórico de versões

17. PRINCÍPIOS OBSERVADOS NO TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais realizado pela Fortaleza Digital da Bahia no contexto do sistema eGAC observa rigorosamente os princípios estabelecidos no art. 6º da LGPD:

1. **Princípio da boa-fé:** todas as operações de tratamento de dados são realizadas de forma leal e em conformidade com padrões éticos.
2. **Princípio da finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
3. **Princípio da adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
4. **Princípio da necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.
5. **Princípio do livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.
6. **Princípio da qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
7. **Princípio da transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
8. **Princípio da segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
9. **Princípio da prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
10. **Princípio da não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.
11. **Princípio da responsabilização e prestação de contas:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Ao utilizar o sistema eGAC, o usuário reconhece que leu e compreendeu esta Política de Privacidade e concorda com a coleta, uso, armazenamento e tratamento de seus dados pessoais conforme descrito neste documento.

Caso não concorde com qualquer disposição desta Política de Privacidade, recomendamos que não utilize nossos serviços e entre em contato com nosso Encarregado de Proteção de Dados para esclarecimentos.